

## A esperteza (?!?) dos Reitores

Abstract/Resumo

1. O CRUESP, sabidamente, se apropriou da fórmula de política salarial conquistada pelo Fórum na greve de 2000. Assim fazendo, disseminou a idéia de que “algo” positivo estaria sendo proposto.
2. O CRUESP criticou o otimismo da estimativa do Fórum em relação à arrecadação do ICMS em 2004 (33,1 bilhões). Estranhamente, o mesmo “crítico” CRUESP propôs inicialmente a cifra de 33,5 bilhões como base de todo cálculo; de tão “otimista”, esse número é inalcançável e a fórmula, portanto, incapaz de gerar qualquer reajuste.
3. Ante os protestos do Fórum, o CRUESP apresentou, na mesma reunião de 7 de junho, outro valor: 32,8 bilhões. Segundo nossos cálculos, esse valor pode resultar em algo como 1,5 a 2% de reajuste salarial.
4. O CRUESP, ao apontar a cifra de 33,5 bi – e mesmo a de 32,8 bi –, não só se distancia da realidade (será ingênuo?), mas efetivamente destrói o conceito de “excedente de arrecadação”. Na fórmula de 2000, trabalhamos com o conceito já tradicional, isto é, a diferença entre a arrecadação prevista (sempre rebaixada) e a arrecadação efetivada (sempre acima). Tal diferença, **bem real**, se aplicaria aos nossos salários. Na atual fórmula, ocorre a seguinte subversão do conceito:
  - a. propõe-se 33,5 bi como referência, cifra que corresponde ao montante necessário para garantir que a Unicamp comprometa 88% de seu orçamento com salários; a cifra 32,8 bi corresponde ao necessário para baixar o comprometimento para 89,86%
  - b. a diferença entre esse montante “desejado” e a arrecadação efetiva seria então – e só então – aplicada aos salários. **Atenção: a intenção é reduzir 5% no comprometimento em pouco mais de seis meses e só depois recompor nossos salários.**
  - c. como esse novo conceito de “excesso de arrecadação” deixa pouca margem para que um outro excedente, acima dele, venha a ocorrer, a possibilidade de repassar algo para salários é insignificante.
5. O CRUESP recusa-se a oferecer qualquer reajuste imediato e tem-se fixado na questão da fórmula de política, que eventualmente produziria resultados em outubro. Até lá, nada. E como já sabemos o resultado negativo da fórmula, depois, nada também, podemos estar certos.

### O que vai acontecer em maio de 2005?

Um acúmulo de perdas muito alto, que, seguramente, tornará difícil a próxima campanha salarial.

Keywords/Palavras-chave: 1. arrocho salarial; 2. MSR (Movimento dos Sem Reajuste); 3. cadê o meu?  
(Leia o texto completo nas páginas seguintes)

### CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

**15 de junho, 10:00h** – ASSEMBLÉIA DE DOCENTES, no auditório da Adunicamp

**15 de junho, 14:00h** – Ato Unificado (docentes, funcionários e estudantes) no Ciclo Básico

**16 de junho** – Ato Público na Assembléia Legislativa: 10:00h - saída da Adunicamp; 12:00h - concentração no MASP e passeata até a Assembléia (inscrições para transporte na secretaria da Adunicamp).

**A proposta dos reitores pode ser assim traduzida:  
Ao final do ano, a universidade terá comprometido apenas 89% de seu orçamento  
com nossos salários.**

**Ao final do ano, qual será o SEU comprometimento com os bancos?**

Os reitores mostraram, enfim, sua verdadeira face: a intransigência e o descompromisso com a recuperação de nossos salários.

Se até então se escudavam na impossibilidade de reajuste imediato em função do cenário econômico; se até então se escondiam nas previsões pessimistas da Se-

cretaria da Fazenda, a máscara caiu!

Pois bem, se um reajuste imediato poderia comprometer o funcionamento das universidades (na visão deles, deixemos claro!), o que os impede de apresentar uma política salarial decente?

## **CRUESP TENTA SE APROPRIAR DE UMA CONQUISTA DE NOSSO MOVIMENTO**

**Os reitores apresentaram uma política salarial que considera, não o excedente de arrecadação, mas sim um tipo de quanto *EU quero para equilibrar as finanças da universidade!***

Os reitores apresentaram, na última reunião de negociação, realizada em 7 de junho, sua proposta de política salarial, traduzida em linguagem matemática, em fórmula aparentemente semelhante à conquistada na greve de 2000, graças à qual nossos salários foram reajustados em 24,5%.

Então, por que falar em esperteza e intransigência? Os reitores não estariam repetindo a mesma proposta, e isto poderia significar que apesar do ZERO imediato teríamos uma política que permitiria a recomposição salarial sem risco de sobressaltos para a economia da Universidade?

Pois bem, a proposta ora apresentada nada tem a ver com a de 2000. E a esperteza reside exatamente aí: dar a impressão de que a proposta é uma quando é totalmente diferente.

Por que dizemos que é diferente, se a estrutura matemática é a mesma, com apenas algumas pequenas mudanças, referentes ao valor do ICMS? Por que a diferença não reside na atualização/mudança de números, mas em uma sutil alteração no conceito que embasa a proposta.

O que a fórmula de 2000 expressava? Um acordo assinado, ao fim de dois meses de greve, segundo o qual 84% do “excedente do ICMS” seriam automaticamente destinados à recomposição salarial.

E o que era esse já famoso “excedente do ICMS”?

Retornemos no tempo: havia uma grande divergência entre o Fórum das Seis e o CRUESP em relação à arrecadação do ICMS. O CRUESP reafirmava, a cada reunião, as previsões da Secretaria da Fazenda, enquanto o Fórum trabalhava com suas próprias previsões; a diferença em jogo beirava 5 bilhões de reais. O excedente de arrecadação consiste exatamente nessa diferença entre o ICMS previsto e o de fato arrecadado.

A fórmula expressava, assim, a vitória de nosso movimento, que por sua força e coesão, manteve a greve, apesar de todos os comunicados CRUESP, sempre com quadros catastróficos para as universidades.

$$A = 0,0957 \times 0,84 \times [I^1 + I^2 + \dots + I^6 + 2(I^7 + I^8 + I^9) - X]$$

O que diz essa famosa fórmula, se descomplicarmos a linguagem matematizada? Diz que: se o ICMS arrecadado durante o ano (a somatória de  $I_n$ ) excedesse

um valor previsto (o  $X$  da fórmula) e, portanto, as universidades recebessem um excedente da quota parte (daí, os 0,0957), 84% (os 0,84) da diferença viria para nossos salários.

É preciso entender que, nessa formulação matemática de política salarial, existe um elemento fundamental: a base do ICMS acima da qual começa a existir o excesso de arrecadação. Este elemento, aqui representado por  $X$ , é o último número da fórmula, precedido por um sinal de subtração; a parte anterior, isto é, a somatória das arrecadações mensais de ICMS, tem que superá-lo para que tenhamos reajuste.

Mas, então, o que mudou em 2004?

Defrontados com as previsões do Fórum, que apontam uma arrecadação do ICMS para o ano de 2004 no valor de 33,17 bilhões, reitores e assessores econômicos reagiam com expressões como “futurologia”, “otimismo das entidades” etc, afirmando trabalhar com as previsões oficiais, de 31,3 bilhões.

*Se os reitores, até então, trabalhavam com a previsão de 31,3 bilhões para a arrecadação do ICMS, este seria o valor a ser colocado na posição de X, na fórmula, para manter o conceito de excedente de ICMS. Então, de onde surgiu o número mágico, 33,5 bi, da fórmula originalmente apresentada pelo CRUESP na reunião do dia 7 de junho, depois substituído, na mesma reunião, por outro número mágico, 32,8 bi?*

Aí, no que pode aparentar uma “radicalização de nossa futurologia otimista pelos reitores”, é exatamente aí que está o pulo do gato, ou a esperteza, ou a tungada do CRUESP, como cada um preferir.

Os reitores apresentaram uma política salarial que considera, não o excedente de arrecadação, mas sim um tipo de quanto EU quero para equilibrar as finanças da universidade!!

A justificativa apresentada para a base de arrecadação (o  $X$ ) foi: o ICMS precisaria ser 33,5 bilhões para que a Unicamp fechasse o ano com 88% de comprometimento acumulado com a folha de pessoal! Os 32,8 bilhões, na segunda proposta, representariam uma concessão (!) dos reitores, ao aceitarem que a Unicamp pudesse encerrar o ano de 2004 com um comprometimento de 89,86%.

Aí está a mudança conceitual, a apropriação de uma

fórmula conquistada por nosso movimento, para destruí-la, por sua descaracterização. E tudo sob a assepsia dos números, sob uma aparente neutralidade matemática.

Nunca é demais lembrar que toda fórmula de política salarial representa apenas a expressão em linguagem matemática de decisões políticas, linguagem adotada para evitar rompimento de acordos negociados no calor da mobilização. Os números não falam, não negociam, não tomam decisões. A matemática não é o campo de acordos políticos.

**Basta uma rápida consulta ao orçamento da Unicamp, aprovado pelo CONSU em dezembro de 2003 e disponível na página da Universidade, para constatar que: a) o orçamento foi construído com base em R\$ 31.134.399.763,00; b) o comprometimento acumulado no ano de 2004 com a folha de pessoal, segundo o orçamento oficial da universidade, será 89,49%.**

Memória fraca? A Aeplan se enganou? Ou ...??

Por fim, um lembrete importante, especialmente em tempos de ataques governamentais às universidades públicas. Dois fatores são fundamentais para entendermos porque docentes e funcionários das Universidades Públicas Paulistas vêm arrancando reajustes salariais superiores aos das demais categorias do funcionalismo - federal, estadual ou municipal -: a autonomia de gestão financeira, conquistada por nossa mobilização em 1989, e o fato de que as entidades do Fórum aprenderam a lidar com números, planilhas de comprometimento, arrecadação de ICMS etc. Essa mesma fórmula, em sua conceituação original, nos garantiu um reajuste de 24,5% no ano de 2000. O fato de que os reitores atuais tentem se apropriar de uma conquista de nosso movimento e destruí-la não significa que trabalhar com estes parâmetros seja ruim, ou inadequado; ao contrário, é um método construído por nós, que tem nos beneficiado e que deve ser defendido e preservado.

## CRUESP PROPÕE POLÍTICA DO ZERO DEFINITIVO

**Nunca é demais lembrar que toda fórmula de política salarial representa apenas a expressão em linguagem matemática de decisões políticas, linguagem adotada para evitar rompimento de acordos negociados no calor da mobilização. Os números não falam, não negociam, não tomam decisões. A matemática não é o campo de acordos políticos.**

O CRUESP, ao tentar transferir o debate político para o campo numérico, não inova em nada, repetindo táticas já consagradas por outras reitorias. Ao mesmo tempo, desvela as mesmas velhas intenções: fazer docentes e técnico-administrativos acreditarem na impossibilidade de recomposição de nossos salários; desqualificar a experiência com planilhas, índices, cenários econômicos, que as entidades que compõem o Fórum das Seis construíram ao longo de mais de vinte anos; enfim, despolitizar nosso movimento, agora e para o futuro.

Porém, cabe a nós identificarmos seus objetivos, estratégia e táticas, pelos indícios que têm fornecido ao longo desta nossa campanha salarial. Nada de novo sob o sol!

**Passo 1:** Os reitores submetem as Universidades Públicas Paulistas ao projeto político-partidário do governador Alckmin, que vende uma imagem eleitoreira de empreendedorismo e austeridade com o dinheiro público, às custas do sucateamento dos serviços públicos estaduais e do arrocho dos salários do funcionalismo. O caso do Centro Paula Souza é um bom modelo de entendimento: inaugurações de inúmeras FATECs e Escolas Téc-

nicas, que depois não têm condições de funcionar, por falta de equipamentos e pessoal; lembremos que docentes e funcionários do Paula Souza estão há 9 anos sem reajuste salarial, com 72,22% de defasagem em relação a nós. A greve dos servidores estaduais da área da saúde tem a mesma motivação.

**Passo 2:** Os reitores definem como prioridade absoluta recuperar a capacidade de custeio da universidade, tendo por meta baixar 5 pontos percentuais no comprometimento com a folha em menos de um ano, mesmo que (ou, talvez, por isso mesmo) signifique reajuste zero;

**Passo 3:** Os reitores colocam, como base de arrecadação acima da qual admitirão existir excedente de arrecadação, um valor para o ICMS que supera as expectativas de todos os analistas econômicos, inclusive as do Fórum, que os mesmos reitores tentavam desqualificar como otimismo e futurologia;

**Passo 4:** Os reitores apresentam uma proposta de política salarial que constitui um engodo, tentando nos fazer crer que estão respeitando nossas conquistas políticas e salariais.

## TEMOS QUE LUTAR CONTRA O ARROCHO SALARIAL DO CRUESP

**Repetimos a pergunta: o que impede os reitores de apresentarem uma política salarial decente? Com eles, a palavra...**

Todos concordamos que não é desejável que a universidade termine o ano com apenas 5% do orçamento para custeio e investimento. Sabemos, também, que em 2003 a Unicamp teve um comprometimento acumulado de 94,72%.

A questão é: no momento em que surge no hori-

zonte a possibilidade de um discreto crescimento econômico (e do ICMS) – possibilidade que, diga-se mais uma vez, os reitores sempre negaram –, é aceitável que seja prioridade absoluta e única a saúde financeira da universidade, para só depois que isto acontecer se pensar na nossa saúde financeira??

Por que os reitores não adotam uma política de repartir custos e benefícios, baixando progressivamente o comprometimento com a folha, ao mesmo tempo em que, no mesmo ritmo, nossos salários são recompostos?

O que fica claro é a decisão política dos reitores de promover um tipo de ajuste fiscal às custas do arrocho de nossos salários.

A proposta dos reitores pode ser assim traduzida:

Ao final do ano, a universidade terá comprometido apenas 89% de seu orçamento com nossos salários. Ao final do ano, qual será o seu comprometimento com os bancos?

## TEMOS QUE LUTAR CONTRA A POLÍTICA DE SUCATEAMENTO DO ALCKMIN

**A defesa das Universidades Públicas Paulistas depende de nós, de nossa disposição de luta, da força de nossa mobilização. Amanhã pode ser tarde...**

Neste momento, é fundamental contextualizar os números. Não podemos discutir o orçamento da universidade, o comprometimento com a folha de pessoal, as previsões de ICMS como fenômenos naturais, desvinculados de políticas governamentais descomprometidas com um projeto de nação soberana.

A questão é: por que sobra tão pouco para custeio e investimento, e nada para pesquisas, se nossos salários vêm acumulando perdas ano a ano?

A situação econômica das Universidades Públicas Paulistas é de fato preocupante.

Não podemos, porém, deixar de enfatizar que esta situação não se deve aos salários, mas ao baixo investimento do governo estadual nas universidades públicas. Dito de outra forma, o comprometimento é alto não porque ganhamos muito, mas porque o repasse do governo é insuficiente para manter um sistema universitário público de qualidade. E particularmente a partir de agosto de 2003, essa situação se agravou, devido à política recessiva do governo federal. Alie-se esse quadro à conivência do governo Alckmin com a sonegação fiscal e sua política de renúncia fiscal e chega-se à crise atual de financiamento das universidades públicas.

Sem falarmos no confisco de 5% dos salários de todo o funcionalismo estadual, em exercício e aposentados, sob a justificativa de “falta de recursos para pagar as aposentadorias e pensões”. Onde foi parar o dinheiro que todos vimos pagando ao longo dos anos, 8% sobre o salário integral (6% para o IPESP e 2% para financiar o IAMSPE)? O governador Covas não respondeu, o Alckmin ignorou a pergunta e os tungados fomos nós, mais uma vez. Provavelmente foram para o mesmo buraco negro que sugou as contribuições do funcionalismo federal e que parece que agora vai sugar os recursos do INSS (vide declarações do governo Lula da Silva sobre

desvincular o salário mínimo das aposentadorias do setor privado)

Um olhar cuidadoso nos gráficos de evolução do ICMS pode perceber que a arrecadação sobe em surtos, surtos que não se mantêm. Esse padrão paroxístico denuncia o descaso do governo com o enfrentamento da evasão fiscal; apenas quando a arrecadação cai a níveis insustentáveis, há um momentâneo combate à sonegação. Porém, ainda recentemente, os jornais publicaram que a carga tributária e a arrecadação aumentaram, tanto no plano federal como no estadual. Como explicar essa aparente contradição? Simples, a sonegação e a renúncia fiscais acontecem especialmente em relação ao ICMS e não com os demais impostos. Por que? Também simples: a vinculação de salários do funcionalismo, assim como os repasses às universidades estaduais, é ao ICMS. Assim, o governador Alckmin consegue arrochar salários, deixar de investir no ensino superior e ainda manter o caixa alto para suas prioridades eleitorais.

Se não enfrentarmos, mais uma vez, a necessidade de aumento de recursos para as universidades, estaremos sendo coniventes com seu sucateamento.

Por isto é importante travarmos nossa luta em dois planos, articulados: internamente, pressionando os reitores pela recomposição imediata de nossos salários e externamente, pressionando a Assembléia Legislativa a aprovar as emendas à LDO que aumentam a quota parte das universidades de 9,57% para 11,6% do ICMS, e destinam 2,1% do ICMS ao Centro Paula Souza.

É importante participarmos do Ato na Assembléia Legislativa no dia 16 de junho, enviarmos mensagens aos deputados estaduais, pressioná-los de todas as formas ao nosso alcance.

### EM TEMPO:

A UNESP está totalmente paralisada.

A USP está parando mais a cada dia: a Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, paralisou suas atividades pela primeira vez; a Escola Politécnica já começou a parar e a Faculdade de Medicina discute entrar em greve.

O que explica a dificuldade de mobilização na Unicamp?? Descrença? Apatia? Satisfação com a situação? Aposto em quê?

A defesa das Universidades Públicas Paulistas depende de nós, de nossa disposição de luta, da força de nossa mobilização.

Amanhã pode ser tarde...